

CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO

PROGRAMA PORTUGAL A NADAR

Considerando que:

- a)** A prática da atividade física e desportiva é um direito fundamental consagrado na Constituição da República Portuguesa, conforme o disposto no artigo 79.º, nos termos do qual se dispõe que todos têm direito à cultura física e ao desporto;
- b)** Na salvaguarda do interesse público municipal, constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações designadamente nos domínios dos tempos livres e desporto, conforme estabelecido na alínea f) do número 2 do artigo 23.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (doravante, RJAL) aprovado no Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- c)** Nos termos da alínea u) do n.º 1, do artigo 33.º do RJAL, compete às Câmaras Municipais apoiar ou compartilhar, pelos meios adequados, no apoio a atividades de interesse municipal de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra;
- d)** O Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, na sua redação atual, estabelece o regime jurídico dos Contratos-programa de Desenvolvimento Desportivo e condiciona a atribuição de apoios financeiros, materiais e logísticos, bem como de patrocínios desportivos por parte das autarquias locais, à celebração de contratos-programa de desenvolvimento desportivo e contratos de patrocínio desportivo;
- e)** Quanto à finalidade dos contratos-programa, a concessão de apoios mediante a celebração de Contratos-programa de desenvolvimento desportivo tem em vista, nomeadamente, os seguintes objetivos:
 - 1)** Enquadrar a execução de programas concretos de promoção da atividade física e do desporto;
 - 2)** Fazer acompanhar a concessão dos apoios por uma avaliação completa dos custos de programa ou projeto, assim como dos graus de autonomia financeira, técnica, material e humana previstos para a sua execução;
 - 3)** Permitir a intervenção e mútua vinculação de diversas entidades interessadas na realização de um mesmo programa de desenvolvimento desportivo; (...)

- f) Para o caso em concreto e para efeitos do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, que nos termos do disposto no seu artigo 11.º, consideram-se programas de desenvolvimento desportivo:
- 1) Os planos regulares de ação das entidades que fomentam e dirigem, no plano nacional, regional ou local, a prática das diversas modalidades desportivas;
 - 2) Os planos de ação específica destinados a promover e divulgar a atividade física e o desporto, a organizar competições com interesse social ou desportivo relevante (...);
 - 3) As iniciativas que visem o desenvolvimento e a melhoria da prática da atividade física e do desporto, nomeadamente nos domínios da formação, (...).
- g) A administração e gestão da Piscina Municipal é da responsabilidade do Município de Peniche, pretendendo-se que nela seja prestado, pela Federação Portuguesa de Natação (doravante, “FPN”), metodologias de ensino que visem o desenvolvimento de atividades aquáticas de forma abrangente, formação contínua de técnicos, melhoria contínua do programa pedagógico da escola e sua certificação enquanto escola formadora.
- h) A FPN é uma Federação Desportiva com Utilidade Pública Desportiva, que rege as atividades aquáticas a nível nacional, nomeadamente, na vertente formativa e competitiva sendo quem tem os poderes delegados por força de lei de regulamentar as respetivas modalidades, criar os critérios de formação, organizar os quadros competitivos, bem como, atribuir os títulos de campeão nacional.
- i) O Município de Peniche pretende melhorar continuamente o serviço prestado aos munícipes e utentes da Piscina Municipal, designadamente ao nível da gestão, do funcionamento e da organização pedagógica da respetiva Escola de Natação;
- j) Neste contexto, o Município de Peniche pretende aderir e implementar o Programa “Portugal a Nadar”, integrando, designadamente, o apoio à organização pedagógica da Escola de Natação, a formação de técnicos, a certificação da Escola de Natação e as demais atividades previstas no presente Contrato-Programa;
- k) O Programa “Portugal a Nadar” resulta do plano estratégico da FPN e tem como principal objetivo a promoção e massificação da prática, garantindo o acesso a programas direcionados para o ensino, através de práticas aquáticas certificadas, destinadas a diferentes públicos-alvo: bebés, crianças em idade pré-escolar, crianças em idade escolar, até aos idosos;
- l) No âmbito do programa “Portugal a Nadar” a FPN desenvolveu um modelo de referência técnico para o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem;

- m) Ao abrigo do programa são desenvolvidas várias atividades, entre as quais, o processo de certificação das Escolas de Natação e o Plano de Formação anual do Portugal a Nadar;
- n) Tal programa permite que todas as atividades aquáticas sejam monitorizadas e apoiadas pedagogicamente pela FPN;

Assim, nos termos do disposto na alínea f), do n.é 2, do artigo 23.é e alínea u), do n.é 1, do artigo 33.é, ambos do RJAL, no n.é 2, do artigo 5.é e dos artigos 46.  e 47. , todos da Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto, aprovada pela Lei n.é 5/2007, de 16 de janeiro, e nos artigos 2. , 3. , 5. , 11.  e 13.  do Regime Jurídico dos Contratos-programa de Desenvolvimento Desportivo, aprovado pelo Decreto-Lei n.é 273/2009, de 1 de outubro, é celebrado o presente Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, o qual se rege pelos Considerandos *supra* e seguintes cláusulas:

ENTRE:

O **MUNICÍPIO DE PENICHE**, com o NIPC n.é 506812820, com sede no Largo do Município, 2520-239 Peniche, neste ato representado por Filipe Maia de Matos Ferreira Sales, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, ao abrigo do disposto na alínea f), do n.é 2, do artigo 35.é do RJAL, adiante também designado como o “Município”, ou “Primeiro Outorgante”.

E

A **Federação Portuguesa de Natação**, pessoa coletiva de direito privado e tipo associativo, com o NIPC n.é 501665056, com sede na Moradia do Complexo do Jamor, Estrada da Costa, 1495-688 Cruz Quebrada, neste ato representada pelo seu Presidente, Miguel Maria Horta e Costa Arrobas da Silva, titular do cartão de cidadão n.  103091113, válido até 03/08/2031, contribuinte fiscal n.  204570425, doravante designado por “FPN” ou “Segundo Outorgante”.

  acordado e livremente aceite o presente Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo (CPDD), de acordo com a Proposta de deliberação n.é 471/2026, aprovada em Reunião de Câmara de 4 de setembro de 2026.

Cláusula Primeira

(Objeto e fins do contrato)

- 1 - Constitui objeto do presente Contrato-Programa a implementação, no Município de Peniche, do Programa “Portugal a Nadar”, promovido pela FPN, compreendendo, designadamente, o apoio técnico e pedagógico   organização e funcionamento da Escola de Natação, a formação contínua dos técnicos, a implementação do processo de certificação da Escola de Natação, o acompanhamento das atividades aquáticas desenvolvidas nas Instalações Desportivas Municipais e, nos termos previstos nos Anexos I e II, a afetação dos recursos humanos necessários   execução do Programa.
- 2 - Este contrato terá a sua orientação através dos documentos anexos e identificados como I e II ao presente CPDD e dele faz parte integrante.
- 3 - O programa de desenvolvimento desportivo a que se reporta o número anterior, consubstancia o plano regulador de a  o da FPN, o qual fomenta e dinamiza no plano local a coordenação e a organização do referido programa e que se encontra anexo ao presente CPDD.

Também constitui objeto do contrato-programa os seguintes apoios:

- I) **Apoio Financeiro** – com vista a compartilhar os encargos, custos e obrigações de manutenção do referido programa “Portugal a Nadar”, por parte do Segundo Outorgante, mantendo a política de qualidade e o serviço municipal de excelência reconhecido ao Primeiro Outorgante.
- II) **Apoio não financeiro:**
 - a. Ceder gratuitamente   FPN, mediante disponibilidade e prévia calendarização, espaços municipais para a realização das ações de formação necessárias aos técnicos afetos ao Programa e/ou a outros técnicos indicados pelo Município. Para efeitos de quantificação do apoio não financeiro, a cedência será valorizada de acordo com as tarifas municipais aplicáveis à utilização dos espaços efetivamente cedidos, até ao limite máximo de 4.250,00   (quatro mil duzentos e cinquenta euros) por época desportiva.

Cláusula Segunda

(Prazo de execução do Programa)

O presente Contrato-Programa entra em vigor após a outorga, na decorrência da sua aprovação pelo órgão executivo e respetiva publicação na página eletrónica da Câmara Municipal de Peniche e vigorará até 31 de julho de 2027.

Cláusula Terceira

(Montante e Disponibilização da Comparticipação Financeira)

- 1 - Para a execução do presente Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, com especial enfoque no plano de implementação constante dos Anexos I e II, é concedida pelo Município de Peniche à FPN, exclusivamente para esta finalidade, uma comparticipação financeira máxima de 65.740,80 € (sessenta e cinco mil setecentos e quarenta euros e oitenta centavos), através do orçamento municipal, em cumprimento das respetivas regras de execução e das grandes opções do plano em vigor.
- 2 - O presente Contrato-Programa e a correspondente despesa a ele associado, foram precedidas da competente autorização de despesas e aprovação da minuta do contrato, por deliberação da Câmara Municipal de Peniche, realizada em 4 de setembro de 2026.
- 3 - O encargo tem enquadramento na rubrica 471, sob o cabimento n.º 2172/2026 e o compromisso n.º 1917/2026.

Cláusula Quarta

(Obrigações do Primeiro Outorgante)

Através do presente Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo o Município obriga-se a:

- a) Ceder as informações necessárias sobre o plano de aulas a que se reporta o apoio a conceder pelo presente contrato e em concreto, todas as especificidades aqui omissas na presente cláusula e que resultam da implementação do Programa Portugal a Nadar e que se encontra nos Anexos I a II ao presente contrato, constituindo sua parte integrante;
- b) Ceder gratuitamente à FPN, mediante prévia calendarização, nas condições previstas na alínea a), do ponto II, do n.º 3) da Cláusula Primeira, e até ao valor máximo definido na mesma, a utilização de espaços municipais, sem que isso coloque em causa a atividade

municipal, para realização de eventos e formações, contribuindo assim para a promoção, divulgação e desenvolvimento da prática da atividade física e desportiva;

- c) Comunicar antecipadamente à FPN, a impossibilidade de utilização da piscina municipal por motivos de obras, realização de atividades ou outro motivo de força maior, pelas quais o Município não poderá ser responsabilizado, que torne impossível a utilização da piscina municipal, não seja possível a realização do programa desportivo noutro equipamento desportivo de Peniche e que não seja possível acautelar o previsto na cláusula oitava;
- d) Nomear e definir as funções, dos interlocutores do Município de Peniche para acompanhamento do presente Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, que será o Coordenador das Piscinas Municipais Sr. Paulo Jorge Mamede Pinto;
- e) Informar, de imediato, o Segundo Outorgante relativamente a quaisquer factos que sejam suscetíveis de perturbar a normal execução deste mesmo contrato;
- f) Assegurar a monitorização e acompanhamento do desenvolvimento do presente CPDD.

Cláusula Quinta

(Obrigações do Segundo Outorgante)

No âmbito do presente contrato-programa a FPN assume as seguintes obrigações para além das que constam no restante clausulado do presente contrato:

- a) Assegurar a realização e cumprimento integral e atempado do Contrato-Programa de desenvolvimento desportivo a que se reporta o apoio a conceder;
- b) Afetar todos os apoios financeiros concedidos exclusivamente à execução do Contrato-programa de desenvolvimento desportivo;
- c) Informar, de imediato, o Primeiro Outorgante relativamente a quaisquer factos que sejam suscetíveis de perturbar a normal execução do presente Programa;
- d) Afetar técnicos acreditados com Cédula Profissional específica, para lecionação das aulas da Escola de Natação;
- e) Promover a formação necessária para os técnicos afetos ao programa;
- f) Implementar a certificação da escola de natação segundo os critérios existentes;
- g) Elaborar um relatório mensal com informação sobre a execução do presente CPDD;
- h) No âmbito da utilização das Instalações Desportivas Municipais de Peniche, a FPN obriga-se ainda a respeitar e a fazer respeitar o Regulamento da Piscina Municipal de Peniche,

zelando pelo correto uso e conservação dos equipamentos e material desportivo que foi utilizado, responsabilizando-se por todos e quaisquer danos imputáveis, nomeadamente, aos seus funcionários, atletas e treinadores;

- i) Prestar ao Município todas as informações, por este solicitadas, quanto à execução do Contrato-programa de desenvolvimento desportivo a que se reporta o presente contrato, respetivamente, mapa de execução orçamental e balancete analítico por centro de resultados antes do apuramento dos resultados relativos à realização dos programas desportivos, incluindo a apresentação de comprovativos da efetiva realização da despesa, legal e fiscalmente aceites, acerca da execução do próprio contrato, para efeitos de validação técnico-financeira;
- j) Incluir no seu relatório e contas anual, referência expressa à execução do presente contrato-programa e do respetivo apoio financeiro atribuído pelo primeiro outorgante, e, nos termos do artigo 6.º do Decreto-Lei nº 273/2009, de 1 de outubro, criando um centro de custos próprio e exclusivo para a execução do projeto objeto do presente contrato, com reconhecimento claro dos custos incorridos e a identificação de receitas, não podendo ser imputados quaisquer outros custos e proveitos que não sejam os da execução do programa, de modo a permitir o acompanhamento da aplicação das verbas confiadas exclusivamente para este fim;
- k) Assegurar a certificação das suas contas por revisor oficial de contas ou por sociedade revisora de contas;
- l) Demonstrar o cumprimento das obrigações fiscais e para com a segurança social, nomeadamente, prestando o consentimento expresso para a consulta da respetiva situação tributária pelos serviços do Primeiro Outorgante, nos termos do previsto no n.º 1, do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 114/2007, de 19 de abril, aplicável por força do previsto no n.º 2 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro;
- m) Sem prejuízo do cumprimento do anteriormente exposto, o Segundo Outorgante obriga-se ainda a respeitar e a dar cumprimento, ao que for aplicável, aos procedimentos e exigências processuais previstas, para esses efeitos, no Regulamento da Piscina Municipal de Peniche ou outro que lhe venha a suceder;
- n) Demonstrar o grau de autonomia financeira, técnica, material e humana para a execução deste programa, em conformidade com os documentos apresentados ao Primeiro Outorgante, considerando-se tais documentos, para os devidos efeitos legais, parte

integrante do presente Contrato-Programa, bem como identificar no programa de desenvolvimento desportivo outras fontes de financiamento, previstas ou concedidas e respetivas condições;

- o) Entregar ao primeiro Outorgante a cópia dos contratos dos monitores e nadadores-salvadores do Programa “Portugal a Nadar”, bem como a cópia do seguro de trabalho e do registo criminal;
- p) Prestar apoio técnico ao nível da definição dos objetivos do ensino das várias técnicas de natação.

Cláusula Sexta

(Apoios Financeiros a cargo do Município)

- 1 - Nos termos da Cláusula Terceira, e para apuramento dos valores pecuniários a transferir para a FPN, dever-se-  ter em conta os **Anexos I e II** que contemplam a tipologia de aulas, a sua participação financeira e o total de aulas programadas por semana e por época desportiva;
- 2 - Os montantes definidos no número anterior contemplam o valor máximo de despesas a cargo da FPN por aula ou atividade agendada, incluindo-se nesses valores todas as despesas inerentes ao desenvolvimento do Programa objeto deste Contrato e quaisquer outras despesas de gestão do mesmo, nada mais sendo devido pelo Primeiro Outorgante no âmbito do presente programa.
- 3 - Sem prejuízo do número anterior, as aulas e atividades poderão estar sujeitas a alterações mensais, ou substituições de aulas ou atividades diferentes, desde que se respeite os limites máximos das participações financeiras definidas na Cláusula Terceira, os quais não podem ser objeto de alteração.

Cláusula Sétima

(Forma de entrega de Apoios Financeiros a cargo do Município)

O pagamento da participação financeira respeitante ao prazo inicial do presente contrato, definido no n.é 1 da Cláusula Terceira será realizado mensalmente, de acordo com a apresentação dos custos apresentados tendo em vista as atividades previstas nos Anexos I e II.

Cláusula Oitava
(Direitos dos Outorgantes)

Constituem direitos dos outorgantes:

- a) Exigir o integral cumprimento do presente Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, salvo razões ponderosas e de força maior não imputáveis às partes que não permitam o seu cumprimento;
- b) Acompanhar e fiscalizar a execução do presente Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo.

Cláusula Nona
(Sistema de Acompanhamento e controlo de execução do Programa de desenvolvimento desportivo)

Compete ao Município e sem prejuízo do disposto na alínea f) da Cláusula Quarta, através dos serviços da Área da Cultura, Desporto e Turismo, controlar, monitorizar e fiscalizar a execução do presente contrato, com eventual recurso à Divisão de Administração e Finanças do Município para cumprimento do disposto nas alíneas i) e j) da cláusula Quinta.

Cláusula Décima
(Revisão do contrato)

- 1 - O presente contrato pode ser revisto ou modificado por livre acordo entre as partes e em conformidade com o estabelecido no artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, devendo as alterações serem reduzidas a escrito e formalizadas sob a forma de adenda.
- 2 - Quaisquer alterações ao clausulado do presente contrato só entram em vigor após aprovação pelo órgão municipal competente e desde que cumpridas as demais formalidades que lhes sejam aplicáveis.
- 3 - É sempre admitido o direito à revisão do contrato quando, em virtude de alteração superveniente e imprevista das circunstâncias, não imputável às partes, a sua execução se torne manifestamente inadequada à realização do interesse público pelo Município e pela FPN.

Cláusula Décima Primeira
(Mora e incumprimento/Restituição)

- 1 - O atraso na realização do programa de desenvolvimento desportivo confere ao Município o direito de fixar novo prazo ou novo calendário para a sua execução.
- 2 - O incumprimento por parte da FPN das obrigações abaixo indicadas, implica a suspensão das comparticipações financeiras do Município e/ou a devolução das verbas eventualmente já pagas:
 - a) Das obrigações referidas na Cláusula Quinta do presente contrato-programa;
 - b) Qualquer obrigação decorrente das normas legais em vigor.
- 3 - O incumprimento culposo do disposto no presente Contrato, por razões não fundamentadas, concede ao Município o direito de resolução deste contrato e de reaver todas as quantias pagas, quando se verifique a impossibilidade de realização dos fins essenciais do Programa.
- 4 - Caso as comparticipações financeiras concedidas pelo Município não tenham sido aplicadas na competente realização do programa desportivo em anexo, a FPN obriga-se a restituir ao Município os montantes não aplicados e já recebidos.
- 5 - Nos demais casos não referidos nos números 2 a 4 da presente cláusula, o incumprimento confere ao Município apenas o direito de reduzir proporcionalmente a sua comparticipação.
- 6 - Verificado o atraso no cumprimento das obrigações da FPN, o Município tem o direito de resolver o contrato.

Cláusula Décima Segunda
(Combate às manifestações de violência associadas ao desporto, à dopagem, à corrupção, ao racismo, à xenofobia e a todas as formas de discriminação, entre as quais as baseadas no sexo)

O não cumprimento pela FPN do princípio da igualdade de oportunidades e da igualdade de tratamento entre homens e mulheres, das determinações da Autoridade Antidopagem de Portugal (ADOP) e do Conselho Nacional do Desporto, e de um modo geral, da legislação relativa ao combate às manifestações de discriminação, entre as quais as baseadas no género, implica a suspensão e, se necessário, o cancelamento das comparticipações financeiras concedidas pelo Município.

Cláusula Décima Terceira
(Cessação do contrato)

- 1 - Cessa a vigência do contrato:
- a) Quando seja concluído o programa de desenvolvimento desportivo que constitui o seu objeto;
 - b) Quando, por causa não imputável às partes, se torne objetiva e definitivamente impossível a realização dos objetivos estabelecidos no presente Contrato Programa, nomeadamente, atendendo-se ao objeto e fins definidos na Cláusula 1.ª;
 - c) Quando o Primeiro Outorgante exerça o seu direito de resolver o contrato nos termos previstos no presente Contrato ou ao abrigo de toda e qualquer legislação aplicável;
 - d) Quando não forem apresentados os documentos a que se refere o n.º 2 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro;
 - e) Quando não se verifique o integral cumprimento do disposto na cláusula quinta.
- 2 - Salvo no caso previsto na alínea a) do n.º 1 da presente cláusula, a cessação, por qualquer causa, do presente Contrato efetua-se através de notificação dirigida à outra parte outorgante, no prazo máximo de 30 dias a contar do conhecimento do facto que lhe serve de fundamento e implicará a reversão imediata das verbas atribuídas ao Segundo Outorgante, nos termos previstos no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.

Cláusula Décima Quarta
(Obrigações fiscais e para com a Segurança Social)

Sem prejuízo do cumprimento do que se encontra estabelecido na alínea g) da Cláusula Quinta, pela assinatura do presente contrato, a FPN declara expressamente que não tem dívidas para com a Autoridade Tributária e Aduaneira, nem para com o Instituto da Segurança Social, I.P.

Cláusula Décima Quinta
(Contencioso)

Os litígios emergentes da execução do presente contrato programa de desenvolvimento desportivo serão dirimidos nos termos do disposto no artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.

Cláusula Décima Sexta

(Interpreta o, Casos Omissos e Legisla o Subsidiária)

Em tudo o que não estiver expressamente estipulado e regulado no presente contrato serão aplicadas as disposições legais em vigor, designadamente, o Regime Jurídico dos Contratos Programa de Desenvolvimento Desportivo, aprovado pelo Decreto-Lei n.é 273/2009, de 1 de outubro, ou outro que lhe venha a suceder, assim como as demais disposições de direito que lhe sejam aplicáveis.

Cláusula Décima Sétima

(Exigência de publicação do contrato, no âmbito do Decreto-Lei n.é 273/2009, de 1 de outubro)

Nos termos e para os efeitos do previsto no artigo 27.é do Decreto-Lei n.é 273/2009, de 1 de outubro, o presente Contrato-Programa é objeto de publicação.

O presente contrato-programa é feito em duplicado, valendo cada um dos seus exemplares como originais, possuindo idêntico valor probatório, os quais vão ser assinados pelas partes outorgantes e que ratificam de boa-f  e na totalidade, o seu teor, ficando, cada uma, na sua posse com um exemplar.

Peniche, 4 de setembro de 2026

PELO MUNICÍPIO DE PENICHE,

PELA FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE NATAÇÃO,

Filipe Maia de Matos Ferreira Sales

Miguel Maria Horta e Costa Arrobas da Silva